

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

ATA DA 10ª REUNIÃO GT- EDIFICAÇÕES (CGIEE)

| Assunto: 10ª Reunião do GT para Eficientização de Energia nas Edificações | | | Local: Brasília Data:15/08/2013 |
|--|----------------|-----------------|--------------------------------------|
| NOME | INSTITUIÇÃO | TELEFONE | E-MAIL |
| Jessica Ribeiro Cardoso | MPOG | (61) 9200 5090 | Jhessica.r@gmail.com |
| Anderson Ferreira Gomes | MPOG | (61) 2020 1270 | Anderson.gomes@planejamento.com |
| Claudia Naves Amorim | UNB | (61) 8122-2576 | clamorim@unb.br |
| Marcela Green | SPU/MPOG | (61) 2020 1898 | marcela.green@planejamnto.gov.br |
| Estefânia Neiva de Mello | Eletrobras | (21) 2514-4861 | estefania.mello@eletrobras.com |
| Fernando Pinto Dias Perrone | Eletrobras | (21) 2514-5919 | perrone@eletrobras.com |
| Eliomar Rios | SOF/MP | (61) 2020 2480 | eliomar.rios@planejamento.gov.br |
| André M. de Oliveira | Fundação CERTI | (48) 3239 2123 | aeo@certi.org.br |
| Carlos Alexandre Príncipe Pires | MME/SPE/DDE | (61) 2032 5593 | carlos.pires@mme.gov.br |
| José Ricardo Ramos Sales | SDP/MDIC | (61)2027-7504 | jose.sales@mdic.gov.br |
| Manoel Luiz Simões Gameiro | GBC Brasil | (11) 99163 5828 | gameiroms@trame.com |
| Marcos André Borges | Inmetro | (21)3216-1006 | maborges@inmetro.gov.br |
| Jorge Paglioli Jobim | MME/DDE | (61) 2032 5811 | jobim@mme.gov.br |
| Milena Sampaio Cintra | LACAM/UNB | (61) 8223-7588 | milenascintra@gmail.com |
| Marco Aurélio R. G. Moreira | Eletrobrás | (21) 2514 6476 | marcoam@eletrobras.com |
| Paula Baratella | MME | (61)2032- 5187 | paula.baratella@mme.gov.br |
| Eneida Bueno Benevides | SPU/MP | (61)2020 1898 | eneida.benevides@planejamento.gov.br |
| Paulo Augusto Leonelli | MME | (61) 2032-5391 | pleonelli@mme.gov.br |
| Roberto Lamberts | UFSC | (48) 3721-7090 | roberto.lamberts@ufsc.br |

OBJETIVO

Analisar a viabilidade de implantação da etiquetagem compulsória das edificações no Brasil, iniciando-se pelos prédios da Administração Pública Federal Direta, como forma de exemplificar à sociedade e aos agentes do mercado o compromisso do governo federal com este instrumento de política pública.

AGENDA

1. Abertura MME (9:00h)

2. Nivelamento de informações

- a) Panorama da Etiquetagem de Edificações no Brasil – Principais Desafios (Prof. Roberto Lamberts – CBEEE)
- b) Mercado atual e dificuldades no processo de concessão das etiquetas –(André Oliveira-Fundação Certi)
- c) Visão e posicionamento do Procel Edifica (Fernando Perrone)
- d) Visão e posicionamento do Inmetro (Marcos Borges)
- e) Visão e posicionamento Secretaria do Orçamento Federal/Projeto Esplanada Sustentável/MP (Eliomar Rios)
- f) Visão e posicionamento da Secretaria do Patrimônio da União/MP (Marcela Green e Eneida Benevides)
- g) Visão e posicionamento da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MP (Anderson Gomes)

3. Debates

4. Encaminhamentos e próximos passos

5. Encerramento (13:00h)

ATA DA 10ª REUNIÃO DO GT – EDIFICAÇÕES (CGIEE)

1. Abertura

O Diretor do DDE Sr. Jorge Jobim inicia a reunião avaliando o tema como abrangente e desafiador e agradece aos participantes. O Sr. Paulo Leonelli, coordenador da reunião, destaca o importante papel dos participantes, principais agentes para viabilizar a etiquetagem na administração pública e para o entendimento articulado sobre o tema. Destaca, ainda, a atuação dos parceiros externos (Procel, Inmetro, Fundação Certi e representantes da academia, nossos referenciais técnicos, metodológicos e de pesquisa). Em seguida solicita a apresentação dos presentes e de suas expectativas.

De modo geral, as expectativas dos participantes são relativas ao nivelamento de informações e à definição de encaminhamentos concretos para andamento do processo rumo à compulsoriedade da etiquetagem de edificações públicas federais. O Sr. Eliomar Rios (SOF) defende a definição de diretrizes para subsidiar reformas na Esplanada dos Ministérios e na construção de novos edifícios anexos. O Prof. Lamberts (UFSC) revela expectativa alta para a viabilização da etiquetagem compulsória e destaca que essa é uma grande oportunidade para o governo federal atuar como indutor de mudança. O Sr. Anderson (SLTI) enfatiza a importância de normatização para regulamentar procedimentos. O Sr. Paulo Leonelli, ao final, que pretende nivelar informações, apresentar desafios e barreiras e definir encaminhamentos conforme os interesses e limitações de cada órgão. Acredita que se trata de reunião histórica para o início do processo de etiquetagem compulsória em Edificações Públicas.

2. Nivelamento de informações

Panorama da Etiquetagem de Edificações no Brasil – Principais Desafios (Prof. Roberto Lamberts – CB3EEE)

O Prof. Lamberts apresenta a realidade global sobre o processo de etiquetagem e a metodologia aplicada no Brasil. Informa que no setor comercial, de serviço e público 70 etiquetas foram emitidas desde 2009 em 2013 (55 de projetos e 15 etiquetas de obra) e no setor privado, 2062 etiquetas. O processo de etiquetagem conta com apenas um organismo de inspeção acreditado pelo Inmetro/OIA: o OI3E da Fundação CERTI. Apresenta desafios e barreiras: falta de clareza no processo, falta integração com outras certificações, pouca divulgação, baixa procura e falta de incentivos/compulsoriedade. Destaca vantagens da etiquetagem e questões estruturais para alavancar o processo. Ao final, apresenta o documento preliminar “Plano de Ação para a Compulsoriedade da Etiquetagem” para análise e colaboração do grupo. Acredita que a Etiquetagem do Bloco O/MP é essencial para orientar o comitê a detalhar o Plano de Ação e demais documentos para a compulsoriedade.

Mercado atual e dificuldades no processo de concessão das etiquetas – Fundação Certi (Sr. André Luis)

O Sr. André Luis apresenta um panorama sobre o mercado nacional de etiquetagem bem como os desafios do processo de etiquetagem: divulgação, percepção do valor agregado à etiqueta, relação com interlocutores, adequação da documentação, sazonalidade, pós-venda (falta avaliação e monitoramento e falta quantificação da valorização da etiqueta). Conclui que o processo brasileiro está fundamentado numa auditoria detalhada e que, por não ser esse o método padrão de avaliação, concorre com certificações bem mais simplificadas que avaliam por meio do preenchimento de formulários. Ao final, apresenta as seguintes propostas: 1. Programa para aumentar a percepção do valor da etiqueta e 2. Programa para ações de estímulo ao mercado: compulsoriedade em diversas fases e tipologias. Menciona pontos em que a Certi pode apoiar o processo: cursos para capacitação (CAU+Asbea+LabEEE+Labcon) em Tecnologia Industrial Básica - TIB e Eficiência Energética em Edificações – EEE.

Visão e posicionamento do Procel Edifica/Eletróbrás (Sr. Fernando Perrone)

O Sr. Perrone apresenta matriz e aponta obstáculos ao desenvolvimento dos programas e os pontos a serem melhorados a partir das boas práticas verificadas na missão Europeia. Enumera ações realizadas pelo Procel para subsidiar a regulamentação da etiquetagem compulsória: interações com o CGIEE e GT Edificações, Convênio LABEE/CB3E, Convênio com a Fundação Certi, Planejamento Estratégico, Cooperação com a Embaixada Britânica (Missão Europeia e Consultoria USP), Protocolo firmado com INMETRO e ADENE, Capacitação Profissional (Convênio UFRN-R3E), Convênio PUC/PR - Domus Procel Edifica, entre outros. Destaca valores já investidos desde 2013 nesta estrutura (cerca de 30 milhões). Acredita que exista consenso sobre a importância

e necessidade da compulsoriedade. Ao final, propõe agenda para discussão: sugere criação de GT interinstitucional para planejar metas, analisar pontos positivos e negativos apontados em todas as apresentações e definir as principais ações para a alavancagem da etiquetagem compulsória (em fases) e sua integração com outras certificações, além de estudar o lançamento do selo Procel Edificações (considerando tipologias, índices mínimos, etc.).

Visão e posicionamento do Inmetro (Sr. Marcos Borges)

O Sr. Marcos Borges apresenta informações sobre o PBE Edifica – parceria entre PBE/ Inmetro e Selo-Procel Edifica/ Eletrobras para a condução da etiquetagem. Considera o programa mais ambicioso em avaliações de conformidade. Possui embasamento técnico científico e está alinhado á iniciativas internacionais. Aponta deficiências de divulgação, infraestrutura e aplicação de conceito. Destaca que o Inmetro é favorável à compulsoriedade (no longo prazo e com o envolvimento dos atores) e apresenta propostas: a) custo da etiquetagem poderia ser mais acessível, b) necessidade de dimensionar a demanda conforme o foco tipológico inicial, c) sugere análise do estudo do Inmetro (em desenvolvimento) acerca dos custos, nos próximos 10 anos, para etiquetar prédios públicos novos federais a fim de comparar investimentos versus benefícios da etiquetagem no âmbito de uma política nacional. d) sugere a realização, em cada Ministério, de apresentações que apresentem o processo de etiquetagem e seus benefícios para gestores públicos, e) sugere formação de comitê com agenda para elaborar um Plano de Etiquetagem para Edificações Públicas Federais.

Visão e posicionamento Secretaria do Orçamento Federal - Projeto Esplanada Sustentável - PES (Sr. Eliomar Rios - MP)

O Sr. Eliomar Rios confirma que a proposta de etiquetagem compulsória é aderente ao PES, mas alerta para as consequências do contingenciamento. Destaca três pilares fundamentais do PES: mudança cultural, orientação metodológica do gestor e medidas de caráter estrutural (aqui se encaixa a etiquetagem). Aponta duas áreas prioritárias para atuação do grupo: a) padronização de aspectos construtivos sustentáveis de projeto nas reformas dos edifícios públicos da Esplanada, b) apoiar a estruturação do processo: consultores, suporte, obrigatoriedade de etiquetagem e diretrizes para solicitar financiamentos em Bancos Públicos ou alvarás em prefeituras, etc., c) estabelecer horizontes de tempo – curto/médio e longo prazo atentando para cobranças dos órgãos de controle (somente assumir aquilo que se pode cumprir).

Visão e posicionamento da Secretaria do Patrimônio da União/MP (Sras. Marcela Green e Eneida Benevides)

As representantes do SPU mencionam o *retrofit* do Bloco O da Esplanada para o qual está sendo criado um padrão construtivo e sugerem que o projeto/obra seja utilizado como estudo de caso (*Case Bloco O*) para a aplicação de diretrizes de construção sustentável, incluindo a etiquetagem, a fim de criar bloco modelo na Esplanada. Informam que estão buscando acordo com a Vanzolini e que o apoio imediato (UNB, SLTI e LABEEE) para revisão dos projetos em busca do nível A é importante e bem-vindo.

O Sr. Paulo Leonelli comenta que a Sra. Anna Cristina (coordenadora da SPU) solicitou indicações/diretrizes de construção sustentável para orientar o *retrofit* e o Prof. Lamberts destaca ser importante internalizar o acontecimento na SPU por meio de minicursos e alinhamentos (sobre os pré-requisitos da etiqueta) com os profissionais envolvidos no projeto.

Visão e posicionamento da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MP (Sr. Anderson Gomes)

O Sr. Anderson considera importantes o planejamento e a padronização dos projetos e percebe que há necessidade de documentos que alinhem essas diretrizes essenciais, inclusive a compulsoriedade. Lembra que a SLTI pode colaborar nesse sentido. Sugere a elaboração de um Plano de Trabalho que mencione o PBE como programa nacional - uma justificativa relevante. Destaca que o Selo Procel já está inserido nos procedimentos do Governo para compras públicas e que os edifícios precisam dos mesmos procedimentos.

3. Debates:

- Prof. Cláudia Amorim (UNB) ressalta o papel das universidades ao melhorar regulamentos, atuar em consultoria e apoiar as OIAs para alavancar a compulsoriedade. E apresenta a empresa encubada na UNB via ACT com o Lacam para fortalecer a rede de universidades.

- O Sr. Marco Aurélio sugere o uso do caso do bloco O como exemplo para demonstrar perdas coletivas e econômicas. Sugere elaboração de Plano (curto/médio e longo prazo) operacional.
- O Sr. Anderson Gomes destaca a importância de se oficializar, normatizar e operacionalizar o processo. Além de planejamento sistemático e sistema informatizado para controle de gestão e acompanhamento de resultados. Cita o Decreto 7.746 e acredita que interações com a CISAP são necessárias. Comenta que a SLTI irá revisar o atual Manual de Obras Públicas, tendo em vista a Sustentabilidade.
- O Prof. Lamberts acredita que um documento sólido deve ser levado à CISAP.
- A Sra. Paula Baratella sugere que a elaboração do Plano de Ação (que conterá orientações internas para a SLTI: forma, tempo e foco da compulsoriedade) corra paralelamente com a aplicação de diretrizes da metodologia já consolidada em casos como o Bloco O ou PES.
- O Sr. André e a Sra. Milena (Quali-A) destacam a importância da definição de agenda e aponta outra questão preocupante: necessidade de demandas para viabilizar o mercado.

4. Deliberações:

O Sr. Paulo Leonelli encaminha as deliberações e lembra que o foco do GT-Edificações é o caráter regulatório. Demais sugestões consistem em recomendações aos atores envolvidos.

- i. **Aprovar o início do processo de regulamentação específica de compulsoriedade da etiquetagem dos novos projetos para novas edificações da administração pública federal.**
- ii. **Aprovar as iniciativas da SPU/MP no sentido de obter a etiqueta nível A do projeto de *retrofit* do Bloco O.**
- iii. **Propor ao PES a etiquetagem do projeto de melhoria de todos os prédios inscritos no âmbito do PES e que sejam assegurados os recursos para implantação das melhorias propostas, a serem verificadas mediante a etiquetagem da obra realizada.**
- iv. **Apoiar o estudo de impacto regulatório ora em curso no âmbito do Inmetro.**
- v. **Elaborar um Plano de Ação para definir a estratégia e as providências necessárias à etiquetagem compulsória das edificações a serem construída ou financiadas com recursos públicos federais.**
- vi. **Constituir Grupo Técnico-Operacional (GTO) para promover a etiquetagem compulsória das edificações públicas federais. O objetivo principal do grupo será implantar ações para a etiquetagem. Para tanto, suas atividades básicas serão:**
 - a. **Promover articulações necessárias para concluir e viabilizar o Plano de Ação;**
 - b. **Articular com órgãos de financiamento (BNDES, CAIXA, BB etc.) os requisitos de concessão de financiamento;**
 - c. **Fomentar capacitação de gestores públicos;**
 - d. **Propor campanha pública de esclarecimento e divulgação das etiquetagem.**
 - i. **Composição do GTO: Procel Edifica, Inmetro, CB3EEE, Fundação Certi, SLTI/MP, SPU-MP, , MME e MCidades. A Unb, por meio do LACAN, proverá o suporte técnico adequado.**
- vii. **Definir o instrumento normativo para instituir a compulsoriedade: portaria interministerial (CGIEE) ou Instrução normativa, mediante entendimentos entre MME e MP.**

5. Encerramento

O Sr. Paulo Leonelli agradece a dedicação de todos e os trabalhos realizados e encerra a reunião.